

As "causas universais" contra o Estado Nacional

André Araújo, advogado 14/07/2018



Foram os EUA que, ao fim da Primeira Guerra Mundial, inauguraram a Era das causas universais, contra a soberania dos Estados Nacionais, poupando desse combate seu próprio Estado.

Em artigo específico sobre esse tema tratei do papel do Presidente Woodrow Wilson na propagação desse princípio de "causas" contra "Estados". Wilson foi o primeiro Presidente "politicamente correto" dos Estados Unidos e seu ativismo missionário foi um desastre completo de política externa, podendo-se dizer que ele foi um dos que plantaram as sementes da Segunda Guerra através de seu idealismo tosco e tolo, sua visão fantasiosa da História e seu iluminismo mal colocado e mal aplicado. Wilson foi o grande maestro do Tratado de Versalhes, o pior acordo diplomático da História contemporânea, tão ruim que sequer o Congresso do seu próprio País o ratificou.

Compare-se o Tratado de Versalhes de 1919, que durou formalmente 20 anos, mas efetivamente deixou de ser aplicado após 1933, portanto sua vigência real foi de 12 anos, após 1933 sua validade foi enfrentada pelo nazismo, com outro grande acordo histórico, a Paz de Viena de 1815, que durou 99 anos, obra de magistras realistas da verdadeira política, o Príncipe de Metternich e o Príncipe de Talleyrand, estadistas de berço e escol que sabiam operar a História e não viviam de ilusões moralistas.

As causas e os estados nacionais

Uma "causa" moral é fundamentada na ética e seus ativistas a consideram acima da política.

Para eles a causa tem um valor superior à noção de Estado e assim

deve ser entendida e aplicada. Wilson, por exemplo, entendia que os "protocolos secretos" nos tratados diplomáticos não deveriam existir e que todos os artigos e disposições de um tratado deveriam ser revelados aos cidadãos. É uma grande estupidez, há inúmeros temas em negociações diplomáticas que devem permanecer secretos para sua própria eficácia.

Wilson abraçava a "causa da transparência", uma virtude sempre benéfica para ele.

Wilson criou imensos problemas nas suas desastrosas intervenções na Conferência de Versalhes e a conta dessa fantasia explodiu em Setembro de 1939. A marca de ação de Wilson foi a prevalência das "causas" sobre o realismo político, que Wilson considerava corrupto e imoral, ele achava que os europeus praticavam uma política de safadezas e engodos resultante da decadência moral que vinha de longe enquanto que ele, Woodrow Wilson, representava a pureza dos peregrinos que formaram os Estados Unidos.

Por isso, pode-se considerar Woodrow Wilson o pai da doutrina política das causas universais que tem um valor superior às soberanias que, segundo Wilson, são a fonte do mal que levou à Grande Guerra de 1914. Conquanto a Doutrina Wilson possa ser considerada altruísta em termos filosóficos, ela sempre foi desligada da realidade geopolítica, e a tentativa de introdução de modelos não realistas produz resultados muito piores do que os pecados que visa extirpar, a luta pela causa produz mais males do que o mal primitivo.

O estado nacional e suas razões não morais

Desde a criação dos Estados Nacionais entre 1460 e 1610, esses entes aéticos usam de todos os instrumentos de poder à sua disposição, como usavam os nobres e senhores feudais antecessores dos Estados em suas intermináveis lutas por territórios e riquezas. Um Estado não sobrevive a partir de purezas e bondades neutras, contra o que há a razão de Estado.

Os Estados grandes usam a espionagem como instrumento de poder e essa ação na sua origem e prática envolve largamente a corrupção pelo Estado, os espiões são subornados em benefício de um Estado que geralmente não é o seu.

Os Impérios foram formados em grande medida por compras de lealdades nos territórios a conquistar, assim a Inglaterra conquistou a Índia, o "Raj", aliciando os marajás e rajás. Foi mínima a ação militar no subcontinente, valia a adesão comprada e assim foi até a Independência em 1947. Na China, a influencia britânica, no período entre a Guerra dos Boers e a fundação da República em 1911, foi financiada com venda de ópio aos *warlords*. Territórios e concessões eram comprados, como Hong Kong, como negócio. A área de soberania extra-territorial de Shangai era a própria confissão da compra.

Em tempos modernos como encarar a soltura do maior chefe mafioso dos EUA, Lucky Luciano (Salvatore Lucania), muito mais importante que Al Capone, cumprindo pena de 50 anos na penitenciária de Sing Sing, a pedido da Inteligência Naval americana, para que o mafioso fosse um "batedor" na invasão da Sicília, pelas suas rede de ligações na sua terra natal. Como guia, Luciano pouparia vidas de soldados ao aliciar colaboradores por trás das linhas alemãs, servindo como "abre alas" das tropas do General Patton. Soltar Luciano era absolutamente imoral, mas RAZÕES DE ESTADO prevaleceram sobre a lógica do sistema judiciário, um interesse maior de Estado se sobrepunha. Luciano prestou os serviços para os quais foi contratado pela Marinha e foi pago com a comutação da pena em 1948, assinada pelo Governador Dewey, de Nova York, com a condição de não mais voltar aos EUA.

Luciano livre depois da Guerra teve ainda grande atividade criminosa como chefe de uma das cinco famílias e teve tempo para montar a grande rede de cassinos em Cuba que controlou até a Revolução Castrista,

morrendo de morte natural em Nápoles em 1962. O arranjo do Estado americano com Luciano foi absolutamente imoral e aético, mas prevaleceram as razões de Estado.

A campanha anti-corrupção na América Latina

Um caso clássico do confronto entre "causas" e razões de Estado. Instala-se uma Associação Ibero Americana de Ministérios Públicos, declarando ser a união de 21 MPs de países do Continente e abre campanha internacional anti-corrupção, com aceitação de denúncias e troca de informações entre Ministérios Públicos. É um confronto absoluto entre "causas" e razões de Estado.

Vamos ao exemplo da *reapolitik*. O Governo Brasileiro tem em um país vizinho um Chefe de Estado alinhado com os interesses do Estado Brasileiro. Esse Presidente dá preferência a empreiteiras brasileiras para seu grande programa de obras públicas.

O Estado brasileiro tem todo o interesse na permanência desse Presidente porque ele atende aos interesses do Brasil. Mas sai do Ministério Público brasileiro documentação colaborativa que pode criar condições para um *impeachment* desse Presidente de país vizinho por ter recebido doação de campanha de empreiteira brasileira. Para o Governo brasileiro a queda de um Presidente aliado vai contra os interesses do Estado brasileiro, essa "colaboração" do MP brasileiro com seus colegas do País vizinho vai contra as razões de Estado do Brasil, não pode acontecer porque o Brasil NADA GANHA com a queda desse Presidente, só perde e muito.

Essa seria uma situação de *realpolitik*, mas não está sendo operada pelo Brasil como Estado.

O MP brasileiro colaborou para derrubada ou desgaste de Presidentes e políticos de países vizinhos e da África alinhados com os interesses do

Estado brasileiro, grave erro de geopolítica.

O que o Brasil GANHOU em colaborar para a derrubada de políticos amigos? Absolutamente nada. Então por que fez? Porque o Estado brasileiro perdeu completamente o controle de sua projeção de poder geopolítico, permitindo o desgaste e, portanto, o enorme prejuízo do desmonte de posições políticas e econômicas em grande número de países, conquistadas por suas empreiteiras e marqueteiros políticos operando em aliança para apoiar eleição de presidentes alinhados ao Brasil, um modelo engenhoso que foi implodido em nome da "causa" universal anti-corrupção, mas com enorme perda para os interesses estratégicos do Brasil.

Um Estado patrocina interesse nacional e não causas universais, que JAMAIS SÃO NEUTRAS, as causas servem como arma política a todo tempo, não importa a intenção inicial de seus patrocinadores, causas podem atingir alvos imprevistos pelas suas boas intenções iniciais.

As causas "anti-corrupção" são as menos neutras entre todas porque seus efeitos POLÍTICOS são imediatos e concretos, mudam as peças do jogo do poder e com isso mudam o resultado da disputa política no mundo real, o manejo dessa causa gera imenso poder político, a causa nunca é neutra mesmo que essa seja a intenção de seus patrocinadores.

No Brasil, os beneficiários dessa causa foram em larga medida os Estados Unidos e seu arco de interesses geopolíticos, financeiros e corporativos, o enfraquecimento da PETROBRAS se deu por causa da escandalização dos desvios e não por causa da corrupção, essa sempre existiu na Petrobras como em quase todas as estatais petrolíferas do mundo, mas essa falha moral já estava precificada pelos mercados.

A super escandalização provocou ações de acionistas minoritários nos EUA e uma série de multas e indenizações ainda não terminadas, esses processos custarão muito mais que as propinas, incluindo a colocação de

monitores americanos do Departamento de Justiça dentro da Petrobras, a perda de independência da empresa é absoluta, para todos os efeitos práticos a Petrobras é governada de fora.

O pior resultado da campanha de "causas morais" foi a preparação de condições para duas grandes operações de desmonte do Estado e do sistema econômico brasileiro: a "privatização branca" da Petrobras pela venda de ativos sem licitação e contra a lógica estratégica, provocando a DESINTEGRAÇÃO da petroleira, sendo a integração o padrão da concorrência; e, em segundo lugar, venda de grandes blocos do PRÉ-SAL perdendo o Brasil a garantia de auto suficiência em petróleo, uma vez que o petróleo extraído dos blocos vendidos pertencem a seus novos donos e poderá ser comercializado no mercado internacional, perdendo o Brasil sua garantia de abastecimento QUE ERA A RAZÃO DO PROJETO PRÉ-SAL, desenvolvido desde o início pela técnica e esforço de pesquisa da Petrobras para suprir o Brasil de petróleo.

Ao lado desses prejuízos notórios há muitos outros. A quebra ou inviabilização de grandes construtoras e estaleiros, a transferência para o exterior de todas as encomendas de equipamento da Petrobras, na linha "preferência pelo estrangeiro" em qualquer compra de qualquer natureza, toda uma visão esquizofrênica anti-brasileira e pro-estrangeiro DERIVADA DA IDEIA ANTI-CORRUPÇÃO cuja resultante foi a colocação de um notório privatista na sua presidência, como resposta à campanha de estigmatização da empresa.

Os estados na lavagem de dinheiro

Grandes estados com interesse geopolítico global operam fundos encobertos para pagar operações especiais. A celebre operação IRÃ-CONTRAS no segundo Governo Reagan foi um complicado negócio envolvendo venda de armas ao Irã, que estava sob embargo resultante da

invasão da Embaixada americana e o produto da venda destinado aos "contras", milicianos que lutavam contra o domínio sandinista na Nicarágua, operação organizada pelo NSC, o Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca, toda a operação clandestina do começo ao fim, sem passar pelo orçamento dos EUA, mas sob controle da Casa Branca.

A invasão da Baía dos Porcos em 1961 em Cuba, foi financiada com dinheiro de origem mafiosa numa operação organizada pela CIA, invasão que fracassou. Os mafiosos americanos controlavam o jogo e a prostituição em Cuba e se aliaram a CIA para uma tentativa de retomada de Cuba, o Estado americano aliado a grupos criminosos como na Sicília em 1943.

Mas a maior operação de lavagem de dinheiro praticada pelo Governo americano foi o financiamento do Vaticano no final da Segunda Guerra e nas três décadas seguintes.

Com o conflito na Itália entre 1943 e 1945, no quadro maior da Segunda Guerra, o Estado do Vaticano perdeu sua renda imobiliária que mantinha sua estrutura, no final da guerra em maio de 1945 a Itália, especialmente no Norte, viu um grande crescimento do Partido Comunista Italiano, o maior do Ocidente. Os Estados Unidos se preocupavam com a hipótese da Itália cair sob domínio comunista e somente o prestígio da Igreja poderia enfrentar essa ameaça. Allen Dulles, então chefe do OSS, escritório antecessor da CIA, arquitetou com o Vaticano a criação do Partido Democrata Cristão, que se tornaria o maior da Itália e a barreira contra o crescimento do PCI. Para financiar esse projeto, a CIA montou um esquema de financiamento do Vaticano e deste para o Partido Democrata Cristão que começava na Arquidiocese de Chicago destinando doações para o Vaticano, os recursos na realidade vinham de fundos da CIA.

Para operar o sistema foi criado o IOR-Instituto de Obras Religiosas, conhecido como o "Banco do Vaticano", sob a direção do Arcebispo

Marcinkus, da Arquidiocese de Chicago e foi esse o canal financeiro que construiu o partido que governou a Itália por boa parte da segunda metade do Século XX.

Outra operação com dinheiro de origem não oficial organizada pela CIA foi o financiamento da Organização Gehlen, um vasta rede de espionagem dentro da antiga URSS herdada do serviço de inteligência do Exército alemão e chefiada pelo general do Terceiro Reich Reinhard Gehlen, com mais de 1.000 agentes operando na União Soviética. O financiamento vinha de fundos secretos da CIA, sem registro e durou por boa parte do período da Guerra Fria.

Operações com dinheiro encoberto foram usadas em larga escala na invasão e ocupação do Iraque pelos serviços de inteligência americanos, conforme já relatei, em artigos específicos, quando foram usados intensamente bancos de Beiruth e *tradings* polonesas como dutos de recursos para pagamentos dentro do Iraque.

O desastre brasileiro no acordo de cooperação judiciária com os EUA

Um dos atos governamentais mais desastrosos da História brasileira foi a assinatura pelo governo FHC de um "acordo" judiciário com os EUA, em 2001.

Pode-se dizer, sem chance de erro, que esse acordo é o ninho da cruzada moralista e por tabela a semente da liquidação da PETROBRAS e da alienação do pré-sal.

O enfraquecimento da PETROBRAS, submetida a extorsões sob pretextos de prejuízo a acionistas americanos, infringência a leis americanas anti-corrupção e outras sangrias sem fim já na casa dos bilhões de dólares, mais a colocação de "monitores" americanos, indicados pelo Departamento

de Justiça em Washington, DENTRO da Petrobras para controlar suas operações, tudo isso ocorreu com base nesse fatídico Acordo de 2001, guarda-chuva da cruzada moralista anti-corrupção, na realidade uma operação de grande porte disfarçada de "causa" para submeter o Estado brasileiro sob o manto do moralismo aplicado à política, um instrumento tóxico pelos danos que causa à força do Estado.

Ao levar documentos e provas contra a PETROBRAS ao Departamento de Justiça para que este processasse a PETROBRAS, ao permitir que promotores americanos viessem ao Brasil interrogar delatores brasileiros, INOMINÁVEIS AGRESSÕES foram cometidas contra o Estado brasileiro, seus interesses estratégicos, seu patrimônio e seu projeto geopolítico natural.

O Brasil e sua população pagam hoje com desemprego e pagarão no futuro com imensa perda de riquezas e patrimônio nacional, a leviandade com que o Poder Executivo e o Congresso brasileiro sem qualquer escrutínio de interesse nacional aprovaram esse absurdo "Acordo", sem nenhuma lógica em torno de algum objetivo estratégico para o Estado brasileiro, Acordo onde só o Brasil gera benefícios aos EUA e de lá não vem benefício algum ao Brasil, servindo de cobertura para intromissão de Washington em assuntos brasileiros sem que reciprocamente o Brasil possa fazer o mesmo, como se viu no caso dos pilotos do Legacy, onde o tal Acordo não serviu para nada porque ele não atua onde há interesse dos EUA.

O Acordo de 2001, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Celso Lafer é na realidade uma operação de projeção de poder dos EUA, como foi a operação de salvamento financeiro do Vaticano ou o conjunto de operações que levaram à invasão do Iraque em 2003.

Seus frutos finais atingem a PETROBRAS e o pré-sal, entre muitos outros resultados.

A presença geopolítica do Brasil na África

De todos os grandes países com potencial de ação internacional, o Brasil é o mais natural parceiro da África, pela sua diversidade cultural, étnica, religiosa, pela facilidade de convívio de seu povo com outras culturas. O Brasil é especialmente bem recebido nos países africanos, o que de forma alguma acontece com nossos concorrentes na área. Chineses, indianos, malaios, povos étnicos, com culturas fechadas, não convivem bem com outras culturas e povos, pois, não estão acostumados como os brasileiros à mescla de civilizações e hábitos.

Os chineses são recebidos hoje na África por falta de opção, mas o Brasil tem vantagens únicas para atuar no campo de obras públicas e grandes projetos no continente africano.

Enquanto no canteiro de obras de empreiteiras brasileiras há jogos de futebol com os locais, todos participam e se confraternizam, nos canteiros chineses, turcos, indianos isso é praticamente impossível, não se misturam, têm hábitos e costumes fechados, não mudam, são guetos implantados, a comida tem que ser importada, não há LIGA com a população local.

Pela mesma razão, forças armadas brasileiras são as preferidas para as missões de paz da ONU, são as mais bem recebidas em qualquer lugar e por sua vez se sentem bem em todo lugar.

As empresas "braço longo"

Os grandes países usam empresas como braços de projeção de poder, o mundo se acostumou a ver a Standard Oil, a Texaco, o Citybank, a Pan American, a IBM e a ITT como braços do governo dos EUA, funcionavam não só como empresas comerciais, mas tinham também papel diplomático, de espionagem, de penetração estratégica, a Inglaterra tinha essa relação com a Shell e a Unilever, a Alemanha com a Siemens, a França com a

Schneider, a Rhodia e a Cegelec, a empresa estratégica do Brasil seria a Odebrecht, liquidada pela cruzada moralista, empresa que chegou a ter 10% do PIB de Angola e operações em 30 países, em alguns, como no Peru, era a maior construtora, o mesmo no Equador, Republica Dominicana etc.

Na Segunda Guerra, foi a hoje extinta Pan American Airways quem construiu os aeroportos que seriam as bases aéreas para a invasão da África do Norte pelo exército americano, atuando como braço longo do Governo dos EUA no Brasil.

Os grandes países expansionistas USAM essas empresas "LONG ARM", braço longo do Estado, para pagar espiões, operações especiais, proteger aliados dentro dos países, financiar campanhas, providenciar empregos e exílios. TODOS os grandes países operaram suas relações internacionais usando empresas "braços longos" como INSTRUMENTOS de sua politica externa para tarefas onde o próprio Estado não deve aparecer.

A Texaco foi fundamental para a vitória de Franco na Guerra Civil Espanhola, fornecendo petróleo a crédito ao Exército nacionalista como braço longo do Departamento de Estado, a ITT foi fundamental na derrubada de Allende no Chile em 1973, a IBM ficou na Alemanha nazista até dezembro de 1941 como olhos do Departamento de Estado mesmo após dois anos de guerra na Europa.

O que fez o Brasil? Liquidou com suas empresas "ponta de lança" em nome da moral, pelo caminho liquidando os políticos que ajudaram as empresas e o Brasil em projetos brasileiros em seus países, que abriram as portas ao Brasil e seus negócios e interesses.

Nenhum País faz isso, perseguir suas próprias empresas no exterior, são armas nossas, todos vestem a mesma camisa. Se alguém quiser investigá-las que sejam os países prejudicados e não o país sede da empresa. É algo tão absolutamente óbvio que custa a crer tenha ocorrido

com o Brasil, onde empresas brasileiras são DENUNCIADAS por procuradores brasileiros aos seus colegas do país anfitrião, mas com que interesse do Brasil? Não é possível descobrir. Não consta que o governo do EUA faça o mesmo com suas multinacionais no Brasil, ele as protege em qualquer circunstância, aliás é uma das principais funções da diplomacia americana em todo o mundo.

Será historicamente incalculável o prejuízo do Brasil ao cortar a ação de suas empresas de engenharia no exterior em nome do moralismo, assim como foi uma tragédia para a diplomacia brasileira a queda de um Presidente do Peru, país vizinho, estratégico e importantíssimo para o Brasil, por denúncias vindas do Brasil.

O que ganhou o Brasil com a queda de Pedro Pablo Kuczinsky? Nada, mas perdeu projeção de poder no Peru pelos próximos 30 anos. Como é possível o Estado brasileiro ter permitido isso? Não há resposta.

As "causas" como armas da política

As causas morais de todos os tipos, humanitárias, ecológicas, anti-corrupção, de direitos humanos, religiosas, servem como ARMA POLÍTICA sob a capa da virtude.

Uma histórica grande "causa" usada como arma política foi a das CRUZADAS, verdadeiras operações de saque e tomada de território sob a capa de "reconquista dos lugares santos".

A partir da Era dos Descobrimentos e, depois, na Era das Colonizações a pregação religiosa foi usada largamente como aríete de conquista de terras e riquezas. A bandeira era a "conversão dos infiéis", o alvo real era a pura e simples busca do ouro em todas suas formas.

Parece incrível que ainda hoje não se entenda o uso claro e à luz do dia de "causas" como peças do jogo político e não da propagação da virtude e

da pureza moral.

Através dos tempos, o resultado final das lutas por 'CAUSAS", tem tido um saldo desastroso.

O rescaldo dos destroços deixados por essas lutas custa muito caro na História. A LEI SECA Americana, assinada pelo Presidente Woodrow Wilson em 1919, o primeiro Presidente "politicamente correto" dos EUA, não reduziu o alcoolismo e ao criar o espaço para o contrabando de bebidas fez a fortuna e o poder da MÁFIA no País, o saldo da CAUSA moral foi o pior possível, como costuma acontecer por toda História.

"Causas morais" não podem reger a política de um grande Estado, é a lição da História.

Ao se intrometerem na POLÍTICA, causam imensos estragos, outra lição da História.

O ambiente da política nacional e internacional NÃO é puro e nunca foi por toda a História conhecida, ao tentar purificá-lo matam-se os germes ruins e os bons juntos, no ambiente asséptico nasce um germe novo muito mais agressivo, a terceira lição da História.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/as-causas-universais-contra-o-estado-nacional/>

